

SUSTENTABILIDADE: é possível?

Maria do Socorro Pereira de Almeida

Doutora em Literatura e Estudos Culturais, Mestre em Literatura e Interculturalidade, professora do curso de Letras da UFRPE/UAST. Tem pesquisa em Meio ambiente, Ecocrítica, Literatura infantil e Popular. Professora colaboradora do curso de Pós-Graduação em Ecologia Humana e gestão socioambiental da UNEB-Juazeiro-BA
socorroliteratura@hotmail.com

Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Doutor em Geografia, professor da UFCG/UAG, Professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ecologia Humana da UNEB-Juazeiro-BA. maltaslma@gmail.com

RESUMO

O trabalho é de cunho bibliográfico, contudo, a par da orientação metodológica basilar, foram consideradas de forma adjutória observações não estruturadas, fruto de anotações e reflexões dos autores. Assim, considerando o movimento dialético, ora corroboram os fundamentos da relação Globalização/Sustentabilidade, ora buscam a desconstrução, ora permitem a reconstrução temática dos referidos fenômenos. Assim, questões sobre a Globalização e o discurso do Desenvolvimento Sustentável se locupletam e, em perspectiva multiescalar, revelam, especialmente, as contradições e os aspectos utópico-mitificados que as cercam, os quais se destacam imersos em um contexto complexo e de diferentes percepções e interesses. Buscou-se como base discursiva, estudos ambientais, sociológicos, filosóficos, geográficos, etnográficos, culturais, entre outros, que discutem essencialmente a referida temática. Com o estudo, é possível inferir que há contradições não só no que se apoia o próprio termo sustentabilidade, mas também nas ações dos que pregam o valor do termo, deixando-o numa condição pouco generalizável em nível global, compactuando com as contradições e evidenciando uma dualidade que lhe é inerente.

Palavras-chave: Globalização. Sustentabilidade. Utopia. Dualidade.

SUSTAINABILITY: Is it possible?

ABSTRACT

This is a bibliographical work, however, along with the basic methodological orientation. On structured observations, annotations and reflections about the authors were also considered. Thus, considering the dialectical movement, it corroborates the fundamentals of the globalization/sustainability relation, seeks deconstruction, allows the thematic reconstruction of the referred phenomena. Therefore, questions about the Globalization and the idea of Sustainable Development are related and, in a multi-scalar perspective, revealing, specially, the contradictions and the utopic aspects that surrounds it, which are highlighted in a complex context of different perceptions and interests. In this way, it is sought, as discursive and interdisciplinary basis, the environmental, sociological, philosophical, geographical, ethnographical, and cultural studies, among others which discuss essentially the referred theme. With this study, it is possible to infer that there are contradictions not only in what the term “sustainability” bases, but also in the actions of those who preach this term, putting it in a condition that is not generalizable in a global level, being conniving with the contradictions and evidencing a duality that is inherent with it.

Keywords: Globalization. Sustainability. Utopia. Duality.

1 INTRODUÇÃO

No contexto em que predominam rápidas mudanças socioeconômicas e culturais, não se pode discutir sobre o meio ambiente e sustentabilidade sem se acostumar naquilo que entendemos por Globalização, uma vez que as ações humanas se refletem, planetariamente, com muita celeridade e intensidade, movidas pelo aparato tecnológico e informacional concretamente e potencialmente desenvolvido na contemporaneidade. Dessa forma, as breves observações aqui apresentadas chamam atenção para convergência e interação entre questões bastante atuais e polêmicas que envolvem a humanidade e o planeta em geral: “Globalização-Sustentabilidade”, na tentativa de entender intrinsecamente as funcionalidades a que se ligam esse binário e refletir sobre as ações e consequências em torno delas.

É a partir de uma visão holística sobre o planeta que nascem ideias para reparar os danos causados pelo humano, quiçá evitar outros ainda maiores, daí a criação de expressões e termos para denominar essas ações, a exemplo do “Desenvolvimento Sustentável” ou do termo “Sustentabilidade”. Esses aspectos seriam muito importantes e eficazes não fossem as contradições geradas essencialmente nas suas formações germinais, embasadas pelos jogos de interesses e pelas inúmeras diferenças de concepções e percepções envolvidas nos significados atribuídos aos referidos termos.

Em perspectiva interdisciplinar, a base de discussão abrange a Sociologia, Ecologia e Estudos Ambientais, Filosofia, Geografia, Estudos Culturais, entre outros. Dessa forma, buscamos primeiro compreender o funcionamento da Globalização e as consequências advindas desse fenômeno, e depois observar como a Sustentabilidade, hoje tão em moda, acaba por se tornar um mito.

2 A GLOBALIZAÇÃO

As raízes históricas da Globalização, como fenômeno de uniformização de padrões socioeconômicos e culturais, remetem ao período de expansão das fronteiras do mundo ocidentalizado, a partir do século XV. Essa expansão ocorreu paralelamente ao surgimento da imprensa, a partir de 1455, o que demonstra, já naquele período, certo grau de vinculação do desenvolvimento técnico à difusão de conhecimentos.

O processo de difusão da comunicação granjeou outras esferas, e a tecnologia de informação telemática, a partir da década de 1950, contribuiu para o aceleração do processo de Globalização. Atualmente a *internet* é um dos principais veículos de difusão de culturas e de processos interculturais; ela e outros meios de comunicação são responsáveis pelo espraiamento dos múltiplos aspectos ideologicamente orientados para a dominância de determinadas percepções socioculturais. Nesse processo está a educação, uma vez que tanto os adultos quanto as crianças e adolescentes têm suas ações mediadas por aparatos tecnológico-informacionais.

A condição hegemônica das ações da sociedade “pós-moderna” e as ações antrópicas em relação ao meio ambiente, fomentadas principalmente pelo estímulo ao consumo exacerbado e animado, em geral, pelas estruturas midiáticas, têm resultados devastadores, não só para o humano diretamente, mas o planeta como um todo, reverbera essa devastação.

Atribuímos ao final do século XV e início do XVI a intensificação daquilo que chamamos de virada sociocultural da era antiga para era moderna. Foi durante esse período que tivemos a maior e mais importante rede de transações comerciais e de conquistas de terras até aquele contexto histórico. Esses processos caracterizam a Globalização, inicialmente através das grandes navegações, que permitiram o intercâmbio comercial entre os países que exerciam a centralidade do comércio mundial naquele período e, ao mesmo tempo, patrocinavam as invasões de terras, as conquistas de povos e a escravização do homem e do meio ambiente por outros homens que exerciam, naquele momento, a dominação dos territórios ao sabor dos países que operavam o capitalismo mercantilista a partir de áreas eufemisticamente “conquistadas”, que, na verdade, eram colônias de exploração.

Com essas afirmações, se pode dizer que o humano sempre desafiou as condições geográficas, subverteu as distâncias e rasgou as malhas do tempo em busca do que entende como desenvolvimento que lhe proporcione maior retorno financeiro, através da especulação comercial e, junto com ela, o poder de ser o juiz dos seus próprios atos e também de se apropriar da vida de outrem. A partir desses ideais começam a nascer as cidades tipificadas de Cidade-Comércio e Cidade-Estado, sendo a primeira alimentada pela produção “excedente” do meio rural, explorado e subjugado por quem achava que não tinha responsabilidade com esse mundo, a não ser de buscar o que era produzido ao custo das “energias” do trabalhador do campo.

Assim, nascem as organizações urbanas, a consequente divisão social do trabalho e de *status* econômico e o sentido do que e de quem seria ou não importante. Desse modo, começam as trocas e, até certo ponto, a interdependência entre o urbano e o rural. É nesse contexto que surge a “máquina mercante” a qual cresce assustadoramente no século XVIII, impulsionada pelo desencadeamento da Revolução Industrial. A partir de então, o movimento da sociedade é produzido e organizado segundo interesses corporativos cuja materialização se expressa pelas correlações de forças, forjadas por interesses do capitalismo comercial-industrial.

Segundo Foucault (2008), doravante o mundo começa a ser visto como um contexto de formas espaciais interdependentes, em que os fluxos de serviços e da oferta de produtos industrializados são intensificados em nível global. Muitos dos fenômenos e ações ocorrem em perspectiva multiescalar, na qual se assentam as relações de dependência e de subserviência locacional, para ter condição de existir e se reproduzir como estrutura capitalista.

Milton Santos (1997) Analisa ideias de “Espaço-Mundo” e “Tempo-Mundo” e observa que para se compreender o espaço e o tempo é necessário fazer relações históricas, uma vez que, embora o espaço seja geralmente representado visualmente pelo aspecto físico, ele transcende essa condição no social e no psicológico. No social as transformações e ocupações do tempo a partir do entendimento das técnicas e das relações midiáticas; das comunicações e da construção do tempo social. Esse espaço social aludido por Santos é o espaço artificializado, construído ou reconstruído pela ação humana conforme seus interesses. Chegam os primeiros meios de transporte em massa, trens, automóveis, depois o avião. Destarte, o contexto de planetaridade foi se intensificando, as redes de relações foram se formando cada vez mais rápidas e as negociações feitas com mais velocidade e lucratividade.

O capitalismo se fortalece, o processo tecnológico se desenvolve rapidamente e toda essa gama de fatores vai influenciar, de modo direto e indireto, as relações humanas, as percepções e ações culturais e atinge de modo definitivo e violento, o meio ambiente. Isto significa que estamos dentro do “redemoinho” da Globalização, que condiz com o processo de quebra de fronteiras das relações humanas em todas as dimensões, cultural, econômica, social e política. Ela é, principalmente, a abertura e internacionalização dos mercados, o comércio, os serviços, os produtos industriais e o movimento do capital financeiro.

Assinalando tudo isso, a tecnologia de informação, especialmente no século XX, torna a globalização mais célere e notável. Zygmunt Bauman (1999) mostra que ela não é só um espalhamento de aspectos, mas interfere e influencia em tudo que acontece na nossa vida em variadas dimensões. O autor chama atenção para o processo globalizador em suas manifestações e dualidades, quando observa que esse fenômeno, ao mesmo tempo que liga espaços, tempos e pessoas, acaba por dividir a sociedade em suas múltiplas ações, enfatizando ainda mais as desigualdades de classe, principalmente pelo aprisionamento financeiro. A globalização, segundo ele, é vista por uns de forma positiva e por outros como algo ruim, mas, na verdade, estamos em um processo irreversível, como enfatiza o filósofo,

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo localizador, de fixação do espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários seguimentos de cada população (BAUMAN, 1999, p. 8).

Dessa forma, enquanto a Globalização se torna modelo e modo de vida, posto que, pelo menos em curto prazo, não podemos mudar essa realidade, o que aparece para a sociedade é o que os meios de comunicação mostram, conforme interesses próprios e de quem os comanda. A globalização coloca, na perspectiva localista, a degradação social, já que, em geral, tendemos a valorizar o que está distante e, contrariamente, desvalorizar o que está próximo. Um exemplo disso são as mídias e telenovelas, pois é mais fácil alguém se emocionar em virtude de uma cena de novela ou de um belo comercial, do que se chocar com a morte violenta do seu vizinho, ou com aquele do seu lado que está doente ou com fome. Aprendemos a ver programas com histórias ficcionais americanas, mas perdemos o contato com nossos vizinhos e familiares. Jovens fazem amizade com pessoas de outros países, cidades e estados pela *internet*, mas não sabem quem é o colega ao seu lado na sala de aula.

Diante de tais aspectos, percebemos que, embora seja possível rastrear as origens históricas da Globalização, não há um consenso em torno do seu significado, sendo o termo utilizado para designar muitas coisas ao mesmo tempo. Estes significados têm, contudo, um ponto em comum: o fato de revelar a capacidade do homem de apropriar-se rapidamente, através do desenvolvimento técnico-científico e dos sistemas de poder, das riquezas do mundo, especialmente através da exploração desmedida dos recursos naturais e do processo de compressão espaço-tempo no mundo pós-moderno, como vemos na percepção popularizada por David Harvey (2005), que mostra a tendência dominante da aceleração do tempo decorrido

entre a descoberta de um processo tecnológico e a sua transformação em produto para o mercado. A própria percepção do tempo e da realidade é afetada pelo progresso técnico das telecomunicações.

Outra questão relacionada aos processos de mudanças socioespaciais, provocadas pelo fenômeno da Globalização é a influência que as redes¹ exercem nas transformações sociais, a partir da rápida modernização e expansão das comunicações. Com o paradigma técnico-científico-informacional, as transformações operadas nos contextos dos processos de organização espacial tendem a redefinir os papéis dos agentes modeladores de territórios. Dessa forma, o desenvolvimento técnico-científico tem permitido a complexificação das redes pelas inúmeras possibilidades de fatores que as articulam, a exemplo das redes de transportes com o desenvolvimento de aeronaves cada vez mais rápidas e eficientes, e dos sistemas de informação e comunicação. Esses fatores apresentam fortes repercussões sobre a produção de imagens, como é o caso do *marketing* turístico, como diz Rodrigues (1999, p. 26) ao referir-se ao imaginário das pessoas que é influenciado, “produzido”, e gera e alimenta processos fantasiosos, pela influência da mídia.

Toda a gama de consumo fomentada pelo sistema comunicacional traz a necessidade da preservação da ‘natureza’. A partir dessa assertiva, nascem os lugares de contenção, por assim dizer, criados pelas relações capitalistas, como forma de proteger pedaços de áreas no ideário de uma vida que se supõe ser ecologicamente correta. Criam-se parques florestais na tentativa de preservar algumas espécies confinadas em zoológicos, parques botânicos e outras áreas de preservação em que curiosos visitantes deixam-se explorar pela especulação capitalista, vendendo seu “tempo livre” para ver um pedaço de “natureza privatizada” (ALMEIDA e AZEVEDO, 2016, p. 137).

Observa-se que, para a criação desses espaços, algumas vezes, famílias são deslocadas, sob a justificativa de morar em áreas insalubres e de risco ou com a promessa de melhora de vida em outro lugar com melhor estrutura. No entanto, são criados dentro ou ligados a esses parques florestais, condomínios verticais e horizontais, por imobiliárias que comprem partes desses

¹ São muitas as conceituações de redes. Preferimos, por razões teóricas, adotar uma das possibilidades apontadas por (SANTOS 2001apud AZEVEDO, 2008, p. 38), que diz tratar-se de uma projeção concreta de linhas, de relações e de ligações, à semelhança das redes hidrográficas, que têm uma organização espacial bastante concreta, e das redes de telecomunicações, que, contrariamente, possui ausência de linhas, no sentido concreto da palavra, e uma estrutura física limitada por um certo número de ligações que chamamos de nós

espaços e oferecem aos futuros clientes um lugar paradisíaco, com uma qualidade de vida totalmente diferente da que levavam as famílias que lá habitavam. O lucro dessas imobiliárias é exorbitante, mas esse lucro, na realidade, é obtido gradualmente, ou seja, o preço cobrado pelos agentes especuladores por um espaço desse “quilate” é extorsivo, mas quem o compra está ciente disso, e essa perda é recuperada na venda das unidades desses condomínios para pessoas de alto *status* econômico, evidenciando aí, atualmente, uma das formas mais comuns de segregação socioespacial.

Para o público-alvo dos citados condomínios, no entanto, os meios midiáticos oferecem um lugar de “paz”, longe do caos urbano e com uma infraestrutura que promete ser a solução para todos os problemas e sensações de estresse, sem violência e com vizinhos que sejam da mesma “estirpe” social. Dessa forma, o homem que criou para si um mundo ‘infernai’ sai em uma busca desenfreada pelo suposto paraíso perdido, e paga por ele na esperança de livrar-se da miserabilidade que ele mesmo alimenta. Dessa forma, ao pensar o ecológico, imagina-se a natureza como algo externo, quando o homem é, na verdade, parte integrante desse complexo, uma vez que só ele detém a condição de ser racional e, justamente por isso, deveria agir estruturando o natural e social como um sistema que se autoalimente e interaja conjuntamente, no intuito de tornar o mundo um lugar de convívio, e não um espaço onde alguns vivem enquanto outros tentam sobreviver.

A sociedade, dessa forma, divide-se em linhas tênues e fronteiras invisíveis que separam espaços de vida e de morte representados pelas condições de vida das pessoas que convivem em determinados lugares, os quais estão, ao mesmo tempo, próximos factualmente e longe subjetivamente, é como se fossem mundos diferentes que ocupam um mesmo espaço. Esses aspectos são apresentados por Boaventura de Souza Santos, quando observa que:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o ‘universo do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical, porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o outro (SANTOS, 2010, p. 332).

Nesse contexto, Souza Santos mostra a visão abissal que divide a sociedade e os espaços, tirando direitos de vida e transformando espaços de vivências em espaços de morte, formando o que ele chama de linhas abissais. Assim, ele afirma que

Os direitos humanos são dessa forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome de sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal quanto metafórico. No sentido literal essas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gaget communities* em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões entre locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida (2010, p. 44).

Na verdade, os bens materiais e imateriais sempre fizeram parte da vida do homem e influenciaram suas ações éticas, morais, sociais e espirituais. O ser humano não espera naturalmente pela prosperidade, antes, passa por cima de alguns princípios para conseguir seus objetivos. Logo, a comunhão entre homem e mundo sempre estará ligada ao poder, através do acúmulo de riqueza. Nos primeiros assentamentos o ser humano se adaptava às condições naturais, hoje ele toma para si a natureza, conforme seus interesses, como afirma Santos (2006, p. 234): “Quando tudo era natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes consideradas fundamentais ao exercício da vida, valorizando diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais, constituíam a base material da existência de um grupo.” O autor revela que contemporaneamente, os meios de exploração da natureza, seus benefícios e malefícios culminam quase sempre no lucro e na rendição à Globalização: “Quanto mais tecnicamente contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora se torna mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização” (2006, p. 240).

É interessante observar qual lugar a natureza ocupa no espaço citadino contemporâneo. O homem perde, de forma mais intensiva, o contato com o ambiente natural; sua maior preocupação é com o acúmulo de riqueza e com o *status* social, mas como é um ser natural, procura uma maneira de se encontrar com a natureza, mesmo que seja de forma temporária, artificializada, valorizada pelo capital. Nessa perspectiva, Henrique (2008, p. 203) enfatiza que: “Sob a dinâmica atual do capitalismo, os grandes agentes do mercado global, nos mais diversos ramos da economia, da indústria aos serviços, oferecem diversos produtos e serviços para diversas classes de poder de consumo, que os colocam muito próximos da natureza”.

Por outro lado, Berger e Luckmann (2004) inferem que o homem moderno vive uma “crise de sentido”. É bem verdade que o homem sempre se viu diante dos conflitos sociais e dos valores éticos, morais e teológicos. No entanto, a crise da atualidade é alimentada pelas contradições capitalistas que interferem mudando as relações sociais e o equilíbrio identitário do sujeito, e

entre os elementos essenciais dessa identidade está o espaço vivido. Os espaços concretos e subjetivos se misturam e humano procura seu lugar, mas ao tentar (re)encontrá-lo, há uma relação conflituosa com o meio e consigo mesmo.

Nesse jogo de perdas e ganhos de ‘espaços’, há uma busca de reafirmação do espaço e de descoberta do sentido, uma vez que o espaço não é mais só o lugar concreto, mas também o meio e o como se vive, ou seja, o espaço que cada sujeito ocupa na sociedade. Zigmunt Bauman (2006) observa que o espaço na contemporaneidade, em meio à queda de fronteiras provocada pela globalização informatizada, perde a importância no sentido de não haver tempo para a valoração, mas ganha significado no sentido de busca pela afirmação de sua existência, ou seja, procuramos reafirmar o espaço na medida que afirmamos a nós mesmos como seres de direitos e alteridade. Isto ocorre em virtude da ‘liquidez’ contemporânea que traz a necessidade de ressignificação do homem em relação à própria identidade e o espaço é, sem dúvida, um fator identitário no qual se acosta o indivíduo perante o poder massificador.

3 SUSTENTABILIDADE ENTRE A UTOPIA E O MITO

A expressão Desenvolvimento Sustentável nasce em 1980, através da UNIC (Aliança Mundial para a Natureza), juntamente com a WWF (World Wide Fund Four Nature), em um documento denominado *World Conservation Strategy*. Este documento foi elaborado a pedido do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com o objetivo de criar uma estratégia mundial para conservação da natureza. Na verdade, a ideia germinal tem como ponto de partida o ano 1968, através da *Biosphere Conference*² em Paris, com intuito de instigar o uso racional e conservação da Biosfera. Dessa forma, refere-se a um desenvolvimento que considera não só os fatores econômicos, mas, também, tudo aquilo que cerca os seres vivos e inanimados, nas várias dimensões que lhe compete: a existência social, cultural, biológica, entre outras.

No Brasil, a sustentabilidade como processo incorporado à ideia de desenvolvimento teve sua implementação, em termos de políticas públicas, a partir da década de 90 do século XX. Partiu-se do pressuposto de que a pobreza, como problema generalizado, poderia ser equacionada, mobilizando as forças locais em suas várias dimensões: econômica, social, ambiental e política, através de sinergias constituídas de forma endógena. Tal afirmação coaduna-se com o que

²Conferência entre os Estados, que teve como objetivo contrabalançar o *trade-off* clássico entre meio ambiente e desenvolvimento, criando o já conhecido conceito de desenvolvimento sustentável.

assevera Buarque, para quem “o desenvolvimento local constitui um movimento de forte conteúdo interno, dependendo principalmente das próprias capacidades dos atores locais e das suas potencialidades” (2002, p. 34). Depreende-se, portanto, que essa metodologia de enfrentamento das questões do desenvolvimento foi pensada para os municípios pequenos (maioria dos municípios brasileiros) e que apresentavam, na ocasião em que foram perscrutados, índices de desenvolvimento baixo ou mediano.

A ideia de desenvolvimento sustentável foi bastante difundida através da produção de agendas de compromisso para o desenvolvimento, a maioria delas realizadas através do que se convencionou chamar de Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – PDLIS, levados a efeito por agências de desenvolvimento federal, como é o caso do Serviço de Apoio à Pequena Empresa – SEBRAE, programas estaduais especialmente voltados para o planejamento, Ongs relacionadas a processos de implementação do desenvolvimento local sustentável, consultorias privadas, ou ainda, através de parcerias interinstitucionais, combinando ações dos setores público, privado e do terceiro setor. No entanto, essas capacidades locais, quando reconhecidas, são usadas em benefício global enquanto que as necessidades dos que a praticam localmente são ignoradas.

O termo sustentabilidade possui uma carga semântica forte com relação ao que entendemos sobre o que é ‘sustentar’, ‘suster’, ‘suportar’, donde vêm outros sentidos, como ‘aguentar’ reagir, segurar; sentidos esses que se estendem até a percepção de indestrutibilidade, invencibilidade, imortalidade e, portanto, infinitude. É, pois, por esse contexto que o termo sustentabilidade contribui para o direcionamento mitológico que constitui sua base semântica. Ressalta-se que toda ação com o objetivo de diminuir os danos causados ao meio ambiente é de extrema importância, desde o fato de separar o lixo até o fato de uma indústria produzir menos e, portanto, ganhar menos com aquilo que produz, sendo esta última opção utópica em virtude da realidade vista e vivida sob o contexto de um capitalismo desigual, dominador e inescrupuloso. Dessa forma, o processo de desenvolvimento continua, mas algumas atitudes devem ser consideradas para salubridade ambiental, no entanto, justamente essas atitudes é que são questionadas pelos estudiosos, no sentido de saber qual a eficácia e se são suficientes tais ações e atitudes para evitar o desaparecimento de inúmeras espécies. Assim, seria uma forma de

[...] compatibilizar desenvolvimento com a não-agressão ao meio ambiente [e assim,] acrescentar à condição de sustentabilidade, entendida como automanutenção, estabilidade (equilíbrio) e durabilidade do desenvolvimento, pelo menos três

dimensões consideradas fundamentais quais sejam, a social, a ecológica e a econômica (COELHO, 1994, p. 381-382).

É impossível não pensar que, diante do caos presente em tempos considerados pós-modernos, o desenvolvimento sustentável seja uma esperança, mas adentrando aos propósitos desta “esperança” humana para solução dos problemas causados pelo próprio homem, encontramos contradições e controvérsias. Muitas vezes nos mantemos animados ante a possibilidade de que algo possa ser feito, e o medo da decepção nos mantém de olhos vedados para fatos evidentes e, assim, nos guardamos de revelações negativas e do desmascaramento do discurso da sustentabilidade. Esses aspectos são vistos por vários estudiosos há algum tempo, entre eles estão, Felix Guatari, Luck Ferry, Greg Garrard, Raymond Williams, Lemuel Guerra, Michael Redclift, Zygmunt Bauman, Tânia Bacelar, entre outros. Nesse contexto, Leila Lemgruber Queiroz (2014), por exemplo, compara a perspectiva de sustentabilidade ao mito de Pandora, e diz que:

[...] A caixa de Pandora hipermoderna encontrava-se repleta de impactos sociais e ambientais. Portanto, as cicatrizes ambientais e as feridas sociais são consequências dos impactos que abarrotavam a caixa e se espalharam pelo mundo. Restou a esperança nas utopias. Mas a esperança se transmuta nos artifícios que o discurso da sustentabilidade nos impõe. Por conseguinte, os males que afligem a nossa contemporaneidade, destruindo terras e homens, se equilibram na construção da esperança na utopia da sustentabilidade

(QUEIROZ, 2014, p.16).

O espírito da Globalização que produz a necessidade, fomenta o consumo e segrega sociedades, tem sua parcela considerável de contribuição no desequilíbrio socioambiental e na forma de percepção e aceitação do que passou a se chamar de sustentabilidade, para que a utopia não esmoreça, fato que evidencia os paradoxos entre a ação e o discurso sobre um mundo sustentável, como bem afirma Queiroz (2014, p. 16): “Engolimos as notícias e conhecimentos globalizados sem tempo para digerirmos a complexidade de seus conteúdos e ainda, nos tornamos fragmentos pelas múltiplas vidas que assumimos: profissionais, consumidores, companheiros, cidadãos... atores sociais hipermodernos. [...]”.

Percebemos que os argumentos de Queiroz são consoantes ao pensamento de Grimberg no livro *Ecofalacias, El poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”* (2012), em que o autor observa essas atitudes, criticando a omissão das grandes empresas que representam o poder do capitalismo e dos meios de comunicação durante décadas. Segundo ele, foi preciso que as discussões tomassem uma importância mundial para que essa inserção acontecesse. No entanto, é preciso observar que há hipocrisia e um simulacro por ambas as partes. Desse modo, ele diz que:

Ahora, el discurso predominante corre por cuenta de poderosos consorcios transnacionales que promoven – para sobrellevar la transición hacia una era de “desarrollo sustentable” – una panacea universal: el capitalismo verde. Que trata de maquillar un acúmulo de falacias a fin de disimular una antigua plaga corporativa: la dependencia de los pueblos excluidos de los privilegios de una supuesta “sociedad de consumo” diseñada para minorías privilegiadas (p. 11).

Observa-se que há manipulação discursiva intencional, para que se mantenha num mundo ilusório, no qual o sujeito é levado a pensar que está inserido virtuosamente no mundo “sustentável”. Do mesmo modo, o discurso utilizado em prol do meio ambiente não condiz com a prática cotidiana, pois se compromete com uma falsa aliança, um disfarce, para esconder a depredação da natureza pela transformação massiva de recursos naturais em bens de consumo.

Nesse contexto, o meio empresarial, juntamente com os meios de comunicação, prega a melhoria das condições socioeconômicas por meio de projetos “sustentáveis” que, a maioria da população acredita serem éticos com relação ao meio ambiente e promissores para a sociedade. Nesse contexto, Guatari (2001) mostra a importância de uma mudança rápida e eficaz nos meios de produção e a visão holística do sujeito perante o contexto atual, para que os indivíduos e também os outros seres terrestres não se tornem apenas objetos de controle da máquina mercante. Consoante a esses aspectos, ele observa que

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (2001, p. 8).

Nesse aspecto, ao mesmo tempo que a condição inexorável dos mercados abertos e competitivos gera exploração cada vez mais intensa dos recursos naturais, esses mesmos produtores tentam mascarar o desgaste ambiental com projetos de replanejamento que não se tornam operativos ou funcionam unilateralmente. Por vezes, espaços como parques florestais são criados como forma de reparação aos danos ambientais e é exatamente nessas promessas que está a ilusão e a condição mítica da sustentabilidade. Portanto, é possível dizer que,

Para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnicos-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta, e de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (GUATARI, 2001, p. 12).

Como visto, se pode inferir que projetos “sustentáveis” jamais poderão reaver as espécies desaparecidas e outras que estão prestes a desaparecer, bem como os danos causados aos recursos naturais e, nesse sentido, citamos o caso da Mineradora Samarco, em Mariana-MG.

Depois da morte do Rio Doce (principal meio de sobrevivência da população local) nenhuma das ações feitas até o momento foi eficaz para a recuperação da vida das espécies que ali viviam (flora, fauna e humano). Tanto as espécies aquáticas quanto terrestres sofreram danos irreparáveis; as populações que habitavam a região perderam seus entes, seu meio de sobrevivência, sua história material e imaterial, tudo foi arrastado literalmente para a lama. O que se perdeu em virtude de atitudes irresponsáveis e “criminosas” não se resgata. Mesmo assim, nem os bens materiais foram ressarcidos aos habitantes, embora a empresa tenha pago e ainda esteja pagando multas, que por maiores que sejam, não são capazes, sequer, de mitigar a destruição generalizada produzida pela referida mineradora.

Nesse contexto, vemos que a preservação é a única saída, porque depois do dano causado não haverá tempo ou meio para trazer de volta o que foi perdido. Isso, em escala global, é de um futuro tão desesperador que as palavras não são capazes de traduzir. Mesmo diante de todas as evidências da insustentabilidade, as governanças mundiais pregam o ilusório discurso sustentável. É interessante observar como as coisas são feitas, a exemplo da massificação para que haja a reciclagem do lixo como forma de preservação. Não que isso não seja importante, pelo contrário, é eficientemente importante e educativo. No entanto, é pouco diante do caos que se apresenta. Quando se tira uma latinha do lixo, no mesmo momento toneladas delas estão sendo descartadas. Planta-se uma árvore que espera anos para crescer enquanto milhões delas são cortadas em pouco tempo. Assim como a poluição que matou o Rio Doce, milhares de rios estão sendo mortos continuamente em todo mundo, a exemplo do Rio São Francisco que, apesar de ser de extrema importância para a sobrevivência em vários estados brasileiros, está agonizando, sem que nada seja feito em prol da sua revitalização e preservação.

Assim, a proposta essencial da sustentabilidade é a produção de produtos que estejam de acordo com as seguintes perspectivas: socialmente justo, ambientalmente correto, economicamente viável e culturalmente aceito, mas esses fatores acabam por provocar alguns questionamentos como os feitos por Leila Queiroz (2014, p. 36): “Socialmente justo, para quem? Ambientalmente correto, em que cenário? Economicamente viável, em que contexto? Culturalmente aceito, com respeito a que tradições, a que valores?” Nesse caso, como coloca a autora, é importante observar a necessidade de “Apontar o surgimento de uma noção diferenciada acerca do que se denomina ‘progresso’” (p. 36).

Nesse context, economicista-empresarialista, sociólogos, pedagogos, professores pesquisadores, cientistas e comunidades tradicionais terão visões diferentes sobre o que seja progresso. Dessa forma, chamamos atenção para a palavra **progresso** escrita na bandeira do Brasil e que foi retomada como lema pelo Governo Temer, em 2016 e voltou ao contexto no governo Bolsonaro. Vale ressaltar, nesse aspecto, as palavras de Michael Redclift (2003, p. 48), quando observa que:

[...] As ligações entre o meio ambiente, a justiça social e a governabilidade têm se tornado crescentemente vagas em alguns discursos de sustentabilidade, e que as relações estruturais entre o poder, a consciência e o meio ambiente tem sido gradualmente obscurecidas. [...] Na busca de uma visão mais inclusiva da sustentabilidade, a retórica política tem, frequentemente, substituído as discussões sobre as questões ambientais.

Ao pensar em sustentabilidade, o que se poderia prever seria a diminuição do consumo e, conseqüentemente, da produção, só que esse fato num processo que visa à aceleração do consumo, é pouco provável que se torne efetivo, por isso o discurso sustentável é considerado por muitos como pura utopia, até porque a sociedade ‘pós-moderna’ também é a “sociedade do descarte” (QUEIROZ, 2014, p. 35).

Essas contradições fomentam pensamentos e ideias como as que se refletem na fala de Redclift (2003, p. 47): “há muito tempo que a “sustentabilidade” tem existido sempre entre aspas. O poder desse conceito parece estar mais nos discursos que o cercam do que em qualquer valor heurístico ou substantivo partilhado que ele possa ter”. O autor ainda chama atenção para o fato de que a ideia de sustentabilidade é viável e importante, mas deve estar especialmente na consciência, e não só nas palavras, deve ser desenvolvida nos pensamentos e nas ações, interna e externamente.

Assim, observa-se que mesmo com todos os acordos internacionais, a maioria firmados no século XX, em prol do meio ambiente, muito ainda deve ser feito, todavia as diferentes visões sobre natureza e meio ambiente e sobre a sustentabilidade tornam a preservação dos bens ambientais e humanos cada vez mais difíceis, aspectos que se refletem no pensamento de Redclift:

Dentro da conservação internacional do meio ambiente, a palavra “natureza” é usada em uma grande variedade de maneiras, para expressar os interesses sociais e econômicos ambientais. Os conservacionistas a usam significando um “objeto”, tal como um habitat, um campo, uma floresta, um pântano ou corais. Grupos ambientalistas, todavia, também têm adotado a palavra “natureza”, para expressar identidades locais; seu próprio meio ambiente (natural) legítimo. Finalmente, “natureza”, é usada em discursos políticos para expressar um julgamento profissional sobre o tipo ou valor de um recurso – “capital natural crítico”, “nichos de biodiversidade”, “cadeia de recursos”, “bacias naturais” e outros dessa natureza. Cada

dessas definições de natureza provê significados diferenciados para diferentes grupos de pessoas e reflete seus diferentes interesses (REDCLIFT, 2003, p. 52).

Isso posto, é possível inferir que existe um uso indiscriminado do termo sustentabilidade, como destaca Redclift. Para ele, o discurso da sustentabilidade passou a ser utilizado indistintamente para designar muitas coisas ao mesmo tempo, inclusive para legitimar discursos ideológicos do planejamento estatal. Dessa forma, as retóricas pronunciadas a respeito da natureza ou do meio ambiente em geral e que acompanham a sustentabilidade, têm objetivos e ideais diferentes e contraditórios. Ainda têm nos meios de comunicação um forte aliado para reforçar o mascaramento de uma ferida aberta na qual colocam um “esparadrapo”, é como um lençol curto que não alcança o corpo inteiro ou, recorrendo ao ditado popular: “é cobrir o sol com uma peneira”.

Nessa perspectiva, a COP27 de 2022 em Sharm el-Sheikh, no Egito, trouxe discussões promissoras, inclusive com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), eleito em 2022, que assegurou tentar dirimir a devastação deixada pelo governo Bolsonaro. No entanto, precisamos saber o que cada um desses países farão efetivamente para cooperação com o meio ambiente uma vez que as indústrias não param e o comércio responde por grande parte da vida financeira de um país. Porque, depois dessas reuniões parece que as promessas não vão além disso. O discurso do desenvolvimento sustentável é que dá, a nosso ver, suporte a uma política de gestão dos recursos naturais das governanças que detém o poder sobre os demais grupos, como bem observa Marcionila Fernandes “[...] o que se anuncia como modelo de desenvolvimento, que sucederia as alternativas ocidentais praticadas há cerca de duzentos anos, se constitui, na verdade, numa proposta de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais – elaborada e implementada a partir dos países do Norte” (2003, p. 139).

Dessa forma, abrem-se possibilidades de questionamentos, tais como: para quem é o chamado “desenvolvimento” e qual o real papel do “desenvolvimento sustentável”? Os planos e ações desenvolvimentistas sempre prometeram acabar com a pobreza, no entanto, esta aumenta a cada dia. Por outro lado, a proposta da sustentabilidade diz que o progresso deve chegar sem tantos danos ao meio ambiente e ao humano, no entanto, assistimos à perda da biodiversidade e de outros recursos naturais que são minados a cada dia. Desse modo, o que se sustenta mesmo é o crescimento econômico para alguns privilegiados do globo terrestre, que vão extrair até o último recurso para manterem seu status econômico. Os países considerados de terceiro mundo, que a partir da metade do século XX receberam a promessa de ajuda das nações economicamente

mais desenvolvidas, além de terem seus recursos explorados e sua mão de obra desvalorizada, continuam sendo engolidos pelas oligarquias capitalistas, aspectos que são observados por Subhabrata B. Banerjee, quando diz:

Esse foi um processo científico e tecnológico que subsumiu as diferenças culturais, construindo povos como variáveis num grande modelo de “Progresso” e validando os imperativos assimilativos do desenvolvimento pelo toque das trombetas dos interesses nacionais que foi frequentemente o caso das novas nações do terceiro mundo (2003, p. 78).

Assim sendo, “desenvolvimento” é apenas um nome dado ao crescimento econômico unilateralizado, injusto e excludente, que continua privilegiando o consumismo industrial enquanto nos faz acreditar em prevenção de poluição e reciclagem de lixo. Além disso, a sustentabilidade das culturas locais é ignorada em prol da global, populações são exploradas em nome desse ‘desenvolvimento’ sustentado por elas e aproveitado por uma parcela muito pequena da população mundial.

O relatório de Brundtland³ (1987) reforça a ideia de que o “desenvolvimento sustentável” é um processo do progresso em que as necessidades ambientais, humanas, sociais e culturais são respeitadas; contudo, ao observarmos os prejuízos causados ao meio ambiente, as perdas e danos causadas aos humanos, o pouco caso com as sociedades mais vulneráveis, a erradicação dos recursos e das espécies, vemos claramente uma contradição, não só no que assegura o próprio termo ‘sustentabilidade’, mas também nas ações dos que pregam o valor do termo, deixando-o numa condição mitológica para a humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que há um discurso sobre o “desenvolvimento sustentável”, mas o mesmo não condiz com o operativo nas relações capitalistas e a sustentabilidade, ao contrário do que prega o termo, é extremamente vulnerável perante o poder dominante. Por outro lado, o mundo dividido em classes tem nas consideradas inferiores a base para o desenvolvimento que, na verdade, beneficia apenas parte da população global. Espaços são tomados pelo “desenvolvimento”, que está sempre criando meios para provocar o consumismo, mantendo no ideário popular, a distância entre homem e natureza. Dessa forma, a natureza é um “bem de consumo”, apropriada pelo homem e sua técnica.

³ É o documento intitulado Nosso Futuro Comum (Our Common Future), publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é concebido como: o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Percebemos, com as reflexões, que não é o fato de pregar a ação que vai resolver o caos ambiental, mas a conscientização e, principalmente, o desapego ao material, fato que encontra forte objeção nas relações capitalistas, contraditórias e desiguais. Dessa forma, os seres humanos, bem como as outras espécies, são vistos em segundo plano em uma sociedade que prega a estética aparente e o consumo exacerbado e a obsolescência programada dos produtos, quando se deveria conter o consumo em prol de um pouco mais de durabilidade dos estoques de recursos naturais.

Nesse contexto, temos um futuro incerto e propenso a danos irreparáveis em consequência das ações humanas, e é na humanidade que está a esperança da reversão da iminente realidade. No entanto, o egoísmo e a sede de poder que vedam a visão do homem para o outro ser da mesma e de outras espécies, contribui negativamente para que essa transformação ocorra. Percebe-se, assim, que as diferentes visões sobre natureza e meio ambiente e sobre a sustentabilidade tornam a preservação dos bens ambientais e humanos cada vez mais difíceis, e que, diante desse contexto, a Globalização assume o protagonismo nas transformações da vida terrestre em todos os sentidos, e a sustentabilidade é apenas um mito criado por interesses diversos para sustentar o poder capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria do Socorro P. de; AZEVEDO, Sérgio L. M. de. Concepções espaço-temporal em perspectiva filosófico-ambiental: acompanhando a linha do tempo no ocidente. **Revista Geosertões** (Unageo/CFP/UFCG. V1, n 1 Jan/jun. 2016. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso 12/2022.

AZEVEDO, Sérgio L. M. de. **Produção do espaço urbano regional na área das hidrelétricas do submédio São Francisco**. Tese doutorado. Departamento de Ciências geográficas da PPG/UFPE. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização, as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. _____. **Europa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Org.) **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COELHO, M. C. N. Desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia. *In: D'INCAO M. A. et al. (Orgs.) A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. *In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.) Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços, heterotopias**. 1984. Disponível em: <///C:/Users/Professora%20Socorro/Desktop/GELNE/michelfoucaultheterot_carmela%20Het erotopia.p df.> Acesso em: 27 maio 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria; GRINBERG, Miguel. **Ecofalacias, el poder transnacional y la expropiación del discurso “verde”**. Rosário, AG: Fundação A. Ross, 2012. GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 11. ed. São Paulo: Papyrus, 2001.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HENRIQUE, Wendel. Representações da natureza na cidade. *In: Espaços culturais-vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminism**. Melbourne: Spinifex Press, 1993.

QUEIROZ, Leila Lemgruber. **Utopia da sustentabilidade e transgressões do design**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

REDCLIFT, Michael. Os novos discursos de sustentabilidade. *In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.) Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p. 46-74.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.